

PREGÃO PRESENCIAL Nº 10/2023

1 – DAS CONDIÇÕES GERAIS E DO SUPORTE LEGAL

A Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, doravante ARES-PCJ, realiza processo licitatório para contratação de serviços de coleta (*in loco*) de amostras de esgoto sanitário e análise laboratorial, nos municípios regulados pela ARES-PCJ, cujas despesas serão atendidas com a rubrica *Custeio Administrativo nº 010101.0412510012.001 – Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*.

Face o exposto, a ARES-PCJ torna público para ciência dos interessados que, por intermédio de seu Pregoeiro, Sr. Paulo de Oliveira Matos Junior, designado pela Portaria nº 01/2023, realizará licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**.

O recebimento e a abertura dos envelopes de proposta e documentação ocorrerão no dia **06 de dezembro de 2023, às 14h (horário de Brasília), na sede da ARES-PCJ, localizada na Av. Paulista, nº 633, Jardim Santana, no município de Americana/SP.**

Também integram este Edital os seguintes anexos: **Anexo I – Planilha de proposta comercial; Anexo II – Declaração de que a empresa está apta a cumprir todos os requisitos de habilitação exigidos no Edital; Anexo III – Declaração de não enquadramento nas vedações da Lei Complementar nº 123/2006; Anexo IV – Declaração de situação regular junto ao Ministério do Trabalho, em atendimento ao inciso XXXIII, do artigo 7º, da CF/1988; Anexo V – Termo de credenciamento; e Anexo VI – Minuta de contrato.**

A presente licitação é do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** e será integralmente conduzida pelo Pregoeiro, assessorado por sua equipe de apoio, regida, ainda, nos termos da Lei federal nº 10.520/2002, Lei Complementar nº 123/2006, Lei federal nº 12.846/2013, e subsidiariamente, pela Lei federal nº 8.666/1993, consoante as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, constantes do processo indicado acima.

2 – DO OBJETO

2.1. A presente licitação visa a contratação de serviços de coleta (*in loco*) de amostras de esgoto sanitário e análise laboratorial, para aferir a eficiência do tratamento dos efluentes nas Estações de Tratamento de Esgoto operadas pelos prestadores de serviços de saneamento básico dos municípios associados à ARES-PCJ, bem como para caracterizar o efluente na apuração de reclamações de despejo irregular de esgoto.

2.2. A Contratada deverá realizar coleta e análises de efluentes em duas modalidades, conforme parâmetros estabelecidos nos itens 2.6. e 2.7. deste Edital.

2.2.1. Deverão ser considerados os seguintes pontos de monitoramento:

- a) **Pontos de monitoramento regular:** a Contratada deverá realizar um total estimado de **540 coletas e análises do parâmetro DBO_{5,20} em 270 Estações de Tratamento de Esgoto** localizadas nos municípios regulados, no período seco e no período chuvoso, a fim de verificar a eficiência de remoção de DBO_{5,20};
- b) **Pontos de monitoramento sob demanda:** a Contratada deverá realizar um total estimado de **10 coletas e análises de efluente**, para auxiliar na apuração de reclamações de despejo irregular de esgoto registradas na ouvidoria da ARES PCJ.

2.3. Os serviços serão executados nos municípios associados à ARES-PCJ, com uma distância média de 100 km de sua sede, localizada no município de Americana/SP:

Município	Distância rodoviária aproximada em km
Americana	5
Amparo	110
Analândia	115
Araçoiaba da Serra	135
Araraquara	140
Araras	55
Artur Nogueira	40
Atibaia	105
Bom Jesus dos Perdões	115
Brodowski	215
Brotas	130
Campinas	40
Capivari	45
Cerquillo	85
Cordeirópolis	45
Corumbataí	90
Cosmópolis	35
Dois Córregos	170
Engenheiro Coelho	45
Holambra	60
Ibaté	130
Indaiatuba	70
Ipeúna	120
Iracemápolis	40

Itapira	95
Itirapina	100
Itu	85
Jaboticabal	225
Jaguariúna	70
Jumirim	92
Jundiaí	90
Leme	75
Limeira	30
Louveira	65
Luiz Antônio	155
Mogi das Cruzes	185
Mogi Guaçu	90
Mogi Mirim	85
Monte Alegre do Sul	100
Nova Odessa	10
Olímpia	320
Orlândia	245
Paraibuna	250
Pedreira	80
Piracicaba	35
Pirassununga	95
Porto Feliz	80
Rafard	50
Ribeirão Preto	195
Rio Claro	60
Rio das Pedras	50
Salto	75
Santa Bárbara d'Oeste	20
Santa Cruz das Palmeiras	120
Santa Rita do Passa Quatro	142
Santo Antônio de Posse	75
São Carlos	120
São Pedro	75
Serrana	195
Sorocaba	120
Sumaré	15
Tambaú	135
Tietê	80
Valinhos	60
Vinhedo	63

Votorantim	125
Média	100

2.4. As coletas de amostras deverão ser identificadas no momento da amostragem por descrição do local da coleta, com coordenadas em graus decimais, endereço completo, data e hora, condições ambientais do dia da coleta, e fotos de coleta de cada amostra (fotografia afastada que proporcione visão geral, e fotografia aproximada no local de coleta de cada amostra, sendo que as fotos devem possuir estampa com data e hora padronizadas).

2.4.1. Cada amostra para análise deverá ser identificada por número sequencial e não coincidente.

2.4.2. A Contratada deverá fornecer os frascos para as coletas já previamente preparados, encarregando-se da preservação e do transporte das amostras para análises, bem como dos equipamentos, veículos identificados, mão de obra e demais despesas necessárias à realização das etapas de coleta, transporte e análise das amostras.

2.4.2.1. A Contratada deverá garantir os custos decorrentes de transporte para coleta, análises e entrega dos relatórios (laudos).

2.4.3. As coletas de esgoto bruto e tratado nas Estações de Tratamento de Esgoto deverão ser realizadas conforme programação de locais a ser definida pela Diretoria Técnica Operacional da ARES-PCJ nos municípios associados, abrangendo área urbana e distritos, estimando-se 240 ETes (Anexo A).

2.4.4. A Contratada deverá realizar agendamento prévio da coleta nas Estações de Tratamento de Esgoto com os prestadores de serviços de cada município regulado.

2.4.4.1. A ARES-PCJ fornecerá à Contratada a lista de contatos dos prestadores de serviços.

2.4.5. A Contratada deverá identificar-se sempre por ocasião de coleta de amostra para análises, informando que está a serviço da ARES-PCJ.

2.4.6. A logística e as datas das coletas de esgoto bruto e tratado do mês poderão ser estabelecidas pela Contratada mediante agendamento prévio com os prestadores de serviços.

2.4.6.1. As amostras de esgoto sanitário bruto deverão ser coletadas na entrada da Estação de Tratamento de Esgoto, antes do esgoto passar por qualquer tratamento preliminar (gradeamento/caixa de areia), em horário comercial.

2.4.6.1.1. Caso uma amostra de esgoto bruto coletado na ETE apresente resultado de $DBO_{5,20}$ abaixo de 200mg/L, o laboratório deverá comunicar à Diretoria Técnica Operacional da ARES-PCJ via e-mail, além de realizar a coleta (esgoto bruto e tratado) na mesma ETE no menor tempo possível, sempre dentro do mesmo mês de realização da coleta.

2.4.6.2. As amostras de esgoto sanitário tratado (saída das ETEs) deverão ser coletadas na tubulação de saída do efluente final das ETEs, antes do descarte no corpo receptor, em horário comercial e no mesmo dia de coleta das amostras de esgoto sanitário bruto na entrada da referida ETE.

2.4.7. As amostras para análises de despejo irregular de efluente deverão ser coletadas em locais indicados nas reclamações recebidas na ouvidoria da ARES-PCJ.

2.4.8. A ARES-PCJ poderá solicitar, a qualquer momento, coletas e análises de caracterização de despejo irregular de esgoto à Contratada, e os laudos correspondentes deverão entregues até 10 (dez) dias após a solicitação.

2.5. A Contratada deverá se responsabilizar para que seus funcionários possuam todos os pré-requisitos necessários para acessar as Estações de Tratamento de Esgoto, incluindo vacinas e equipamentos de proteção individual (EPIs).

2.6. PARÂMETROS DE ANÁLISE DE ESGOTO BRUTO E TRATADO – ETE:

Parâmetro	$DBO_{5,20}$ Esgoto Bruto (mg/L)	$DBO_{5,20}$ Esgoto Tratado (mg/L)	Eficiência do tratamento (%)	Referência Normativa (Art. 18 -Decreto Estadual nº 8.468/1976
$DBO_{5,20}$	-	-	A ser calculada a partir da relação entre as cargas orgânicas de entrada e saída, devendo ser de, no mínimo, 80% caso a $DBO_{5,20}$ do esgoto tratado seja superior a 60 mg/L	60 mg/L ou 80% de redução à carga orgânica de entrada

Nota: A Contratada deverá apresentar os resultados das análises de DQO do esgoto bruto e tratado, utilizadas para as análises de DBO.

2.6.1. O procedimento de ensaio para a análise de DBO deve seguir a norma SMEWW (Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater), 23ª Edição, Método 5210 D ou Método 5210 B.

2.6.1.1. Os ensaios utilizando o Método 5210 B devem ser realizados em pelo menos 3 (três) diluições, com pelo menos uma delas resultando OD residual ≥ 1 mg/L e consumo de OD ≥ 2 mg/L.

2.6.1.1.1. Caso resultado de OD esteja fora dessa faixa, a Contratada deverá fazer coleta e nova análise sem custo adicional.

2.7. PARÂMETROS DE ANÁLISE DE DESPEJO IRREGULAR – OUVIDORIA:

Parâmetro	Unidade
pH	-
Temperatura	°C
DBO _{5,20}	mg/L
Óleos e graxas	mg/L
DQO	mg/L
Oxigênio Dissolvido (OD)	mg/L
Nitrito	mg/L
Nitrato	mg/L
Nitrogênio Amoniacal Total	mg/L
Fósforo Total	mg/L
Turbidez	NTU
Sólidos dissolvidos totais	mg/L
Quantificação de <i>E. Coli</i>	Número Mais Provável (NMP)/100mL

2.8. DA PROGRAMAÇÃO:

2.8.1. A programação dos serviços de coletas e análises de esgoto sanitário deverá obedecer ao seguinte cronograma mensal:

- **Até o dia 15 de cada mês:** a ARES-PCJ deverá fornecer à Contratada a relação completa de locais de coleta e endereços para a programação do mês seguinte;
- **Até o dia 25 de cada mês:** a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ a programação, com data e local (município) de cada coleta programada para o mês seguinte;
- **Até o dia 30 de cada mês:** a Contratada deverá fornecer à ARES-PCJ os relatórios (laudos) das análises realizadas no mesmo mês.

2.8.1.1. A solicitação da ARES-PCJ de coletas e análises de efluente em virtude de reclamações de despejo irregular de esgoto deverá ser realizada preferencialmente por e-mail, e seus resultados (laudo digital) entregues até 10 (dez) dias após a solicitação, também por e-mail.

2.8.1.2. Todas as coletas e análises realizadas dentro do mês de referência, bem como a planilha com dados digitados (Anexos B e C), deverão ser apontadas e entregues junto com o relatório de medição mensal, conforme descrito no item 2.9. deste Edital.

2.9. DOS RELATÓRIOS:

2.9.1. A Contratada deverá analisar e emitir relatório das amostras coletadas nas ETEs em consonância com o padrão de lançamento estabelecido no art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976, atendidas as condições de coleta descritas neste Edital.

2.9.2. A Contratada deverá emitir laudo em documento de texto com o seguinte conteúdo mínimo:

- Primeira página com cabeçalho contendo informações do laboratório contratado, como endereço completo, telefone e CNPJ, e o nº de identificação da amostra;
- Todas as páginas contendo rodapé com nº de identificação da amostra, data de emissão e nº de página;
- Dados da ARES-PCJ (razão social, CNPJ, Inscrição estadual, e endereço);
- Dados da amostragem: descrição do ponto de coleta; endereço da amostragem; condições ambientais; localização (coordenadas geográficas); origem da amostra; característica da amostra; data e horário de amostragem; data e horário do recebimento; responsável pela amostragem; data de conclusão da amostra; responsável pela conferência; e data e horário de conferência dos resultados;
- Resultados: listagem dos parâmetros analisados com colunas de correspondência de resultados analíticos; limites de aceitação pela legislação vigente, quando couber; unidade, grau de incerteza, limites ou faixa de quantificação; e data de início do ensaio;
- Referência metodológica para cada parâmetro analisado;
- Opiniões e interpretações dos resultados de ETEs: indicação se a eficiência de remoção de $DBO_{5,20}$ atende ao padrão de lançamento estabelecido no art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976, segundo os ensaios realizados;
- Imagens relacionadas da amostragem: fotografia afastada que proporcione vista geral, e fotografia aproximada no local de coleta de cada amostra, com registro de coleta de cada amostra (as fotos devem possuir estampa com data e hora padronizadas);
- Observações: campo para considerações sobre o ensaio pelo laboratório e procedimento de amostragem; e
- Carimbo do profissional responsável pelo laudo, contendo CRQ e Código de Verificação.

2.9.3. Segundo o art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976, a DBO de saída da ETE deve ser inferior a 60 mg/L, valor que pode ser ultrapassado apenas se a eficiência for superior a 80%.

2.9.3.1. Caso a DBO ultrapasse 60 mg/L, e a eficiência supere 80%, o relatório deverá exprimir que o efluente atende aos limites de lançamento estipulados no referido Decreto, considerando as seguintes hipóteses de conclusão:

- Se DBO saída < 60 mg/L (para qualquer eficiência) – o resultado do parâmetro DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976;
- Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência > 80% – o resultado da eficiência na remoção de DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976;
- Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência < 80% – o resultado do parâmetro DBO e de eficiência estão em desacordo com os limites estabelecidos pelo art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976.

2.9.4. Eventuais alterações no modelo solicitadas pela ARES-PCJ deverão ser realizadas pela Contratada sem custo adicional.

2.9.5. Todos os relatórios das análises (laudos) serão digitalizados e enviados à ARES-PCJ, observados os prazos do item 2.8.1. deste Edital.

2.9.5.1. Os resultados também devem ser enviados em planilha eletrônica Excel, conforme formulários-modelo (Anexos B e C).

2.10. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

2.10.1. O contrato firmado não poderá ser objeto de subcontratação.

2.10.2. Não poderá a Contratada alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações pertinentes ao objeto do contrato.

2.10.3. Todas as coletas e análises de esgoto e efluente deverão possuir cadeia de custódia que garanta a rastreabilidade desde a coleta até a emissão do laudo de análise.

2.10.3.1. Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pela Contratada, fica reservada à ARES-PCJ a solicitação da cadeia de custódia, em formato digital, de qualquer coleta ou análise, e a promoção de diligências que julgar necessárias.

2.10.3.2. A cadeia de custódia da coleta deverá possuir informações da data da coleta, hora, identificação da amostra, preservação da amostra e responsável pela coleta da amostra.

2.10.3.3. O prazo para apresentação no formato digital de todas as cadeias de custódia de coleta e análise solicitadas pela ARES-PCJ é de até 05 (cinco) dias úteis, contatos a partir da data da solicitação pela Diretoria Técnica Operacional da ARES-PCJ.

2.10.4. No caso de verificação e comprovação de resultados analíticos inconsistentes provenientes de coletas realizadas desconformes com os padrões e procedimentos analíticos, a Contratada será responsável pela realização de nova coleta e análise sem ônus à ARES-PCJ.

2.10.5. A Contratada assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

2.10.6. A prestação dos serviços de coletas e análises de esgoto e efluente, objeto desta licitação, engloba necessariamente todos os procedimentos de coleta, preservação, transporte e análise das amostras, que são de inteira responsabilidade da Contratada.

2.10.7. As coletas de esgoto solicitadas pela ARES-PCJ devem ser feitas em dias diversos das coletas solicitadas à Contratada pelos prestadores dos municípios regulados pela ARES-PCJ.

2.10.7.1. Deve ser observado o intervalo de, pelo menos, 1 (um) dia, entre as coletas feitas pela Contratada em favor da ARES-PCJ e as coletas feitas pela Contratada a pedido dos prestadores dos municípios regulados pela ARES-PCJ.

2.10.7.2. As regras contidas nos itens 2.10.7. e 2.10.7.1. devem ser observadas apenas para o local onde efetivamente tenha sido realizada a coleta, inexistindo impedimento para que a Contratada efetue as coletas requeridas pelos prestadores dos municípios regulados pela ARES-PCJ em outros locais.

2.10.8. A ARES-PCJ poderá solicitar a suspensão da coleta em municípios que deixaram de integrar ao Consórcio durante a vigência do contrato, bem como quando houver impossibilidade de coleta de esgoto.

2.10.9. A ARES-PCJ poderá incluir novos municípios associados durante a vigência do contrato.

2.10.10. Caso a Contratada não consiga coletar esgoto ou efluente em determinado município, a ARES-PCJ não arcará com nenhum custo.

2.10.11. A Contratada torna-se responsável pela entrega dos produtos descritos no item 2.9., que deverão ser encaminhados exclusivamente de maneira digital, a partir de plataforma eletrônica a ser definida pela ARES-PCJ.

2.11. DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

2.11.1. A composição de custos considerará a distância rodoviária aproximada da sede da ARES-PCJ (município de Americana) em km para cada município (item 2.3 deste Edital) e a relação de estimativas de coletas anuais para os municípios (Anexo A).

2.11.1.1. A composição de custos deverá ser feita nas seguintes categorias, conforme local de coleta e parâmetros estabelecidos nos itens 2.6. e 2.7. deste Edital:

Categoria 1 - Coleta e análise de esgoto bruto e tratado na ETE (pontos de monitoramento regular): a Contratada deverá realizar um total estimado de 540 (quinhentas e quarenta) coletas e análises do parâmetro $DBO_{5,20}$ (item 2.6. deste Edital) em 270 (duzentas e setenta) Estações de Tratamento de Esgoto localizadas nos municípios regulados para verificar a eficiência de remoção de $DBO_{5,20}$;

Categoria 2 - Coleta e análise de caracterização de despejo irregular de esgoto (pontos de monitoramento sob demanda): a Contratada deverá realizar um total estimado de 10 (dez) coletas e análises de efluente (item 2.7. deste Edital) para auxiliar na apuração de reclamações de despejo irregular de esgoto registradas na ouvidoria da ARES PCJ.

2.11.2. As coletas e análises dos esgotos e efluentes deverão englobar todos os custos diretos e indiretos para coletas de amostras e análises (coleta, preservação da amostra, transporte e análise) de todos os parâmetros descritos nos itens 2.6. e 2.7., de forma a permitir à ARES-PCJ o monitoramento da prestação de serviços nos municípios associados, inclusive quando da ocorrência de fatos emergenciais e específicos que exijam da ARES-PCJ uma grande celeridade na avaliação, enquanto indicador indireto da qualidade da prestação dos serviços de saneamento.

3 - DA REMUNERAÇÃO E FORMA DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento à Contratada se dará em etapas mensais, de acordo com o número de amostras verificadas e a quantidade de análises realizadas por solicitação da ARES-PCJ, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão de documento fiscal, conforme serviços prestados no mês anterior.

3.1.1. A entrega dos produtos deverá ser acompanhada de nota fiscal com a descrição do quantitativo de amostras para cada uma das 02 (duas) categorias especificadas no item 2.11.1.1. deste Edital.

3.2. Em caso de enquadramento, a Contratada deverá destacar na nota fiscal o valor de IR, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, onde os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção de IRRF sobre os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, conforme o anexo de enquadramento.

3.3. Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias do vencimento da fatura, por parte da ARES-PCJ, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE, “*pro rata die*”, devida entre o dia do vencimento até a data do pagamento.

4 - DO PRAZO DO CONTRATO A SER CELEBRADO

4.1. O prazo de execução é de 12 (doze) meses, contado do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, observadas as regras da Lei federal nº 8.666/1993.

4.2. Será utilizado o índice IPCA/IBGE “*pro rata die*”, ou qualquer outro que o substitua, como índice oficial, em caso de prorrogação do prazo do contrato a ser celebrado, quando do momento de eventual reajuste.

5 - DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA PARTICIPAÇÃO

5.1. As empresas que desejarem participar do Pregão deverão entregar ao Sr. Pregoeiro 02 (dois) envelopes fechados indicando, respectivamente, “**PROPOSTA**” e “**DOCUMENTAÇÃO**”, contendo, na parte externa, nº do Pregão, nome da empresa, local, data e hora da realização do certame.

5.2. Licitantes que desejem enviar seus envelopes via postal com Aviso de Recebimento – AR deverão remetê-los ao endereço constante do preâmbulo deste Edital, aos cuidados do Sr. Pregoeiro. Em hipótese alguma serão recebidos envelopes após o horário de abertura estipulado no presente Edital.

5.3. Não poderão participar as interessadas que se encontrem sob o regime falimentar, empresas estrangeiras que não funcionem no País, nem aquelas que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou que estejam cumprindo a sanção de suspensão do direito de licitar e contratar com a ARES-PCJ.

5.4. Poderão participar desta licitação pessoas jurídicas com atividade no ramo ou atividades afins, desde que constando expressamente em seu Contrato Social ou Estatuto, e que apresentarem toda a documentação exigida e satisfaçam as condições estabelecidas neste Pregão.

5.5. Não será permitida a participação de empresas em forma de consórcio, devendo cada empresa apresentar proposta isoladamente, como única responsável, perante o trabalho objeto desta licitação.

5.6. A ARES-PCJ designará um responsável do Departamento Administrativo da entidade para fiscalizar os serviços realizados, sendo que deverá anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com o objeto deste Pregão, inclusive determinando o que for necessário à regularização das faltas ou falhas observadas.

5.7. Os serviços ora licitados serão examinados, conferidos, aceitos e atestados pelo responsável indicado, ficando a proponente obrigada a refazer, às suas expensas e sem quaisquer ônus à ARES-PCJ, as partes julgadas insatisfatórias.

6 - DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

6.1. As licitantes deverão se apresentar para credenciamento junto ao Sr. Pregoeiro, por meio de um representante, devidamente munido de **Procuração/Termo de Credenciamento** (nos termos do ANEXO V deste Edital, **devendo ser apresentado fora dos envelopes "PROPOSTA" e "DOCUMENTAÇÃO"**), que o nomeie a participar deste procedimento licitatório em nome da licitante, respondendo por sua representada, comprovando os necessários poderes para formular verbalmente lances de preços, firmar declarações, desistir ou apresentar as razões de recurso, assinar a ata e praticar todos os demais atos pertinentes ao presente certame. Caso não seja o representante na licitação sócio da empresa, que apresente, juntamente com a procuração, o Contrato Social para aferição do outorgante dos poderes.

6.2. Instaurada a sessão, as licitantes, por intermédio dos representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação.

6.3. As licitantes que desejem encaminhar seus envelopes via postal com AR também deverão apresentar a declaração acima, juntamente com a proposta comercial e, caso não se façam representar durante a sessão de lances verbais, ficarão impossibilitadas de praticar os atos descritos no item 6.1. deste Edital.

7 - DA PROPOSTA

7.1. Na parte externa do envelope deverá constar a palavra “**PROPOSTA**”. A proposta deverá ser impressa em língua portuguesa, em moeda corrente nacional, com clareza, sem alternativas, emendas, rasuras, entrelinhas ou no próprio formulário que integra o presente Edital. Suas folhas devem estar rubricadas, e a última, datada e assinada pelo seu representante legal, devendo constar:

- a) nome (identificação) da licitante, endereço, número de telefone, CEP e nº do CNPJ;
- b) preço apresentado, devendo estar em conformidade com o descrito no ANEXO I deste Edital, indicando o valor unitário e global, expresso em algarismos.

7.2. A simples participação neste certame implica:

- a) a aceitação de todas as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- b) que o preço apresentado abrange todas as despesas incidentes sobre o objeto da licitação (a exemplo de impostos, taxas, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e gastos com transporte), bem como os descontos porventura concedidos;
- c) que a empresa licitante vencedora se compromete a cumprir sua proposta no preço constante de sua proposta;
- d) prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, sendo contados do término da sessão.

7.3. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do Pregão, quanto às falhas ou irregularidades que o viciarem.

8 - DO RECEBIMENTO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

8.1. No dia, hora e local designados neste Edital, o Pregoeiro receberá, em envelopes distintos e devidamente fechados, as propostas comerciais e os documentos exigidos para habilitação com a Declaração preenchida fora do envelope do ANEXO II. Os envelopes deverão indicar o número deste Pregão e conter externamente as indicações “**PROPOSTA**” e “**DOCUMENTAÇÃO**”.

8.2. Abertos os envelopes com as propostas, será verificada a conformidade das propostas apresentadas com os requisitos estabelecidos no ato convocatório, sendo desclassificadas as que estiverem em desacordo.

8.3. Será, então, selecionada pelo Pregoeiro a proposta de menor preço e as propostas em valores sucessivos e superiores até 10% (dez por cento), relativamente à de menor preço.

8.4. Não havendo pelo menos 03 (três) propostas nas condições definidas no item anterior, o Pregoeiro classificará as melhores propostas seguintes às que efetivamente já tenham sido por ele selecionadas, até o máximo de 03 (três), quaisquer que sejam os preços oferecidos.

8.5. Às licitantes selecionadas na forma dos itens 8.3. e 8.4., será dada oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, de valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta de maior preço.

8.6. Se os valores de duas ou mais propostas escritas ficarem empatados, será realizado um sorteio para definir qual das licitantes registrará primeiro seu lance verbal.

8.7. Serão realizadas tantas rodadas de lances verbais quantas se façam necessárias.

8.8. Não serão aceitos lances verbais com valores irrisórios, incompatíveis com o valor orçado.

8.9. Será vencedora da etapa dos lances verbais aquela que ofertar o menor preço.

8.10. A desistência em apresentar lance verbal, quando convidada pelo Pregoeiro, implicará exclusão da licitante apenas da etapa de lances verbais.

8.11. Após esse ato, será encerrada a etapa competitiva e serão ordenadas as propostas, em ordem crescente, exclusivamente pelo critério de menor preço.

8.12. O Pregoeiro examinará a aceitabilidade, quanto ao objeto e valor, da primeira classificada, conforme este Edital e seus anexos, e decidirá motivadamente a respeito.

8.13. Sendo aceitável a oferta, será verificado o atendimento das condições habilitatórias somente da licitante que tiver formulado.

8.14. Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, a licitante será declarada vencedora do certame, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

8.15. Se a oferta não for aceitável ou se a proponente não atender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta, sendo a respectiva proponente declarada vencedora e a ela adjudicado o objeto, para o qual apresentou proposta, após o transcurso da competente fase recursal.

8.16. Da reunião, será lavrada ata circunstanciada, na qual serão registradas todas as ocorrências e que, ao final, será assinada pelo Pregoeiro e licitantes presentes.

9 - DA HABILITAÇÃO

9.1. A habilitação ao presente Pregão deverá ser demonstrada diretamente pela apresentação dos documentos abaixo relacionados:

a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

b) Comprovante de inscrição e de situação cadastral perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), o qual poderá ser obtido através da internet no site da Receita Federal, e deverá ser apresentada com a data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias anteriores da data da abertura dos envelopes "A" da presente licitação. Também será admitida declaração expedida pela Receita Federal, desde que a data de expedição não seja superior a 60 (sessenta) dias anteriores da data da abertura dos envelopes "A" da presente licitação;

c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal da sede ou da filial da empresa participante da presente licitação, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos instituídos por lei municipal;

e) Prova de regularidade com a Seguridade Social (INSS) – através de Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União (conjunta - INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

f) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos;

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa (CNDT), nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT;

h) Declaração da licitante que se encontra em situação regular perante o Ministério do Trabalho – MTE, na observância das vedações estabelecidas no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, ou seja, proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre aos menores de 18 (dezoito) anos, e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, sob as penas do art. 299 do Código Penal;

i) Certificado de Apenados, nos termos do site do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP (www4.tce.sp.gov.br/publicacoes/apenados/apenados.shtm), com data não superior a 30 (trinta) dias, com o objetivo de informar a existência ou a inexistência de registro de apenamentos, comprovando a regularidade da pessoa jurídica no exato momento da pesquisa nos registros informatizados do Tribunal;

j) Apresentação de Certificação e Acreditação do INMETRO de acordo com a NBR ISO/IEC 17025:2005, comprovando a acreditação relativa à capacidade de realizar os ensaios (DB05,20, Óleos e graxas, DQO, Nitrito, Nitrato, Nitrogênio Amoniacal Total, Fósforo Total, Sólidos dissolvidos totais e Quantificação de E. Coli) e de coleta de efluentes;

k) Atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado em nome da licitante, comprovando a execução de serviços da mesma natureza do objeto desta licitação, em que ateste já ter executado atividade similar à descrita no presente Edital, com quantidades mínimas de 30%, exigida para o presente contrato com profissional devidamente registrado no Conselho Regional de Química – CRQ, através de certidão;

l) Comprovação de experiência do responsável técnico pela gestão do contrato.

9.2. Não serão aceitos protocolos e nem documentos com prazo de validade vencido para quaisquer dos documentos requeridos neste item.

9.3. Os documentos deverão referir-se exclusivamente ao estabelecimento licitante (matriz ou filial), ressalvada a hipótese de centralização de recolhimento de tributos e contribuições pela matriz, que deverá ser comprovada por documento próprio, e estarem vigentes à época da abertura do envelope contendo a documentação.

10 - DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ADJUDICAÇÃO

10.1. No julgamento das propostas será considerado o menor preço global, nos moldes definidos neste Edital.

10.2. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências deste Edital, bem como aquelas que apresentarem preços excessivos, assim considerados aqueles que estiverem acima do preço de mercado, ou manifestamente inexequíveis, nos termos da letra “b”, do § 1º, do art. 48, da Lei federal nº 8.666/1993.

11 - DOS BENEFÍCIOS DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

11.1. Os licitantes que invocarem a condição de microempresas ou empresas de pequeno porte para fins de exercício de quaisquer dos benefícios previstos na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, no **Envelope nº 01 “PROPOSTA DE PREÇOS”**, os seguintes documentos:

a) Declaração de que não está incursa em nenhuma das vedações do art. 3º, § 4º, da Lei Complementar nº 123/2006, (ANEXO III);

b) Certidão expedida no presente exercício pelo Órgão competente: Registro de Empresas Mercantis (Junta Comercial) ou Registro Civil de Pessoas Jurídicas (Cartório), conforme o caso, do local onde a pessoa jurídica tenha sido registrada, atestando que a empresa se enquadra na condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

11.2. Em caso de ocorrência de participação de licitante que detenha a condição de microempresa ou de empresa de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em especial, quanto ao seu art. 3º, será exigido das mesmas a declaração, sob as penas da lei, de que cumprem os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, estando aptas a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 a 49 daquela Lei Complementar.

11.3. A identificação das microempresas ou empresas de pequeno porte na sessão pública do Pregão só deverá ocorrer após o encerramento dos lances, de modo a dificultar a possibilidade de conluio ou fraude no procedimento.

11.4. Nas licitações do tipo menor preço, será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, entendendo-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas 02 (duas) microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores ao menor preço.

11.4.1. O disposto neste item somente se aplicará quando a melhor oferta válida não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

11.4.2. A preferência de que trata este item será concedida da seguinte forma:

a) ocorrendo o empate, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o objeto em seu favor;

b) na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, com base no item serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem em situação de empate, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

c) no caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

11.4.3. Não se aplica o sorteio quando, por sua natureza, o procedimento não admitir o empate real, como acontece na fase de lances do Pregão, em que os lances equivalentes não são considerados iguais, sendo classificados conforme a ordem de apresentação pelos licitantes.

11.4.4. No caso do Pregão, após o encerramento dos lances, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 05 (cinco) minutos por item em situação de empate, sob pena de preclusão.

11.4.5. Para o julgamento das propostas, será adotado o critério de menor preço global, observados os requisitos e as especificações definidas neste Edital, sendo aceito somente duas casas decimais, com o valor unitário exato.

12 - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

12.1. Declarado o vencedor, quaisquer dos licitantes poderá manifestar imediata e motivadamente a intenção de recorrer, observando-se o rito previsto no inciso XVIII, do art. 4º, da Lei federal nº 10.520/2002.

12.2. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Av. Paulista, nº 633 - Jardim Santana - Americana/SP.

12.3. Em atenção aos princípios administrativos da eficiência e da economia processual, o acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos que são insuscetíveis de aproveitamento.

12.4. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e a adjudicação do objeto à vencedora.

13 – DAS PENALIDADES E SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

13.1. Em caso de descumprimento de qualquer cláusula editalícia ou condição de entrega, assim como o não atendimento da solicitação para a execução do serviço descrito neste Edital, bem como o atraso injustificado na respectiva conclusão, ensejará a licitante a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida, além das demais cominações previstas na Lei federal nº 8.666/1993 e do futuro contrato a ser lavrado, respeitada a graduação da penalidade com base na gravidade da inexecução, tempo de atraso ou prejuízo à ARES-PCJ, o que deverá ser analisado mediante instauração de processo administrativo.

13.2. Poderá, ainda, haver a aplicação das sanções previstas nos arts. 77 e 78 da Lei federal nº 8.666/1993, no que diz respeito à hipótese de rescisão contratual, nos casos expressos em lei, restando à ARES-PCJ o direito de reter eventuais créditos para ressarcir-se dos prejuízos que eventualmente lhe forem causados, sujeitando a empresa contratada à consequência prevista no art. 80, IV, da mencionada Lei.

13.3. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente da ARES-PCJ, desde que formuladas, mediante protocolo, pela licitante no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da notificação por escrito da intenção de aplicação da sanção.

13.4. As penalidades estabelecidas no item anterior não serão aplicadas se a infração decorrer de hipótese motivada por força maior ou caso fortuito, conforme o art. 78, inciso XVII, da Lei federal nº 8.666/1993, devidamente comprovada e aceita pela ARES-PCJ, em caso de acordo entre as partes, ou por razões de interesse público devidamente justificadas, assim como nas situações elencadas no art. 78, incisos XII a XVI, da Lei mencionada em epígrafe.

13.5. A aplicação da multa pecuniária não impede que a ARES-PCJ rescinda unilateralmente o futuro contrato e aplique outras sanções previstas neste Edital e no contrato, podendo ser acumuladas com as penalidades de advertência, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a ARES-PCJ, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como declaração de inidoneidade para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

13.6. No caso de inexecução total ou parcial das condições editalícias, a ARES-PCJ poderá, garantida prévia defesa e, segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades, conforme art. 87 da Lei federal nº 8.666/1993:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;

c) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação, que será concedida sempre que a empresa contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

13.6.1. As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 13.6. poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo item, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

13.7. O valor das multas aplicadas poderá ser pago diretamente pela licitante, ou ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela ARES-PCJ ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da licitante, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

14 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

14.1. As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Pregão correrão às contas da rubrica *Custeio Administrativo nº 010101.0412510012.001 - Código Orçamentário: 33903900 - Outros Serviços - Pessoa Jurídica.*

15 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Nenhuma indenização será devida às proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação relativa à presente licitação.

15.2. A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente devidamente comprovado, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

15.3. O Pregoeiro, no interesse público, poderá sanar, relevar omissões ou erros formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente e não comprometam a lisura da licitação, sendo possível a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo.

15.4. Quaisquer esclarecimentos sobre dúvidas relativas às orientações contidas no presente Pregão poderão ser solicitados por escrito ao Pregoeiro ou através do telefone (19) 3471-5100, bem como pelo e-mail: compras@arespcj.com.br, de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 17h.

Americana, 16 de novembro de 2023.

LUCIMARA ROSSI DE GODOY

Presidente da ARES-PCJ

(Despacho pelo art. 38, inciso VI, da Lei federal nº 8.666/1993)
De acordo com os termos do Edital:

Carolina de Assis (OAB/SP 408.581)

Procuradoria Jurídica – ARES-PCJ

ANEXO A – ESTIMATIVA DE COLETAS E ANÁLISES ANUAIS EM ETES

Município	Estimativa de ETES por período	Estimativa de ETES para os 02 períodos (chuvoso e seco)	Distribuição Mensal					
			Período Chuvoso			Período Seco		
			Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 08	Mês 09	Mês 10
Americana	3	6		3			3	
Amparo	1	2			1			1
Analândia	1	2		1			1	
Araçoiaba da Serra	1	2	1			1		
Araraquara	1	2		1			1	
Araras	1	2		1			1	
Artur Nogueira	1	2			1			1
Atibaia	2	4	2			2		
Bom Jesus dos Perdões	1	2	1			1		
Brodowski	2	4		2			2	
Brotas	2	4		2			2	
Campinas	2	4	2			2		
Capivari	4	8			4			4
Cerquillo	1	2	1			1		
Cordeirópolis	1	2		1			1	
Corumbataí	1	2		1			1	
Dois Córregos	1	2		1			1	
Engenheiro Coelho	1	2			1			1
Holambra	2	4			2			2
Ibaté	2	4		2			2	
Indaiatuba	2	4	2			2		
Ipeúna	1	2		1			1	

Iracemópolis	1	2			1			1
Itirapina	1	2		1			1	
Itu	1	2	1			1		
Jaboticabal	1	2		1			1	
Jaguariúna	1	2			1			1
Jumirim	1	2	1			1		
Jundiá	1	2	1			1		
Leme	1	2		1			1	
Limeira	3	6		3			3	
Louveira	1	2	1			1		
Luiz Antônio	1	2		1			1	
Mogi das Cruzes	1	2	1			1		
Mogi Guaçu	2	4			2			2
Mogi Mirim	1	2			1			1
Nova Odessa	1	2	1			1		
Olímpia	2	4			2			2
Orlândia	1	2		1			1	
Paraibuna	1	2	1			1		
Pedreira	1	2			1			1
Piracicaba	3	6			3			3
Pirassununga	1	2		1			1	
Porto Feliz	1	2	1			1		
Rafard	2	4	2			2		
Ribeirão Preto	2	4		2			2	
Rio Claro	3	6		3			3	
Rio das Pedras	1	2			1			1
Salto	1	2	1			1		
Santa Bárbara D'Oeste	2	4			2			2

Santa Rita do Passa Quatro	2	4		2			2	
Santo Antônio de Posse	1	2			1			1
São Carlos	1	2		1			1	
São Pedro	1	2			1			1
Serrana	1	2		1			1	
Sorocaba	8	16	8			8		
Sumaré	11	22			11			11
Tambaú	1	2		1			1	
Tietê	1	2	1			1		
Valinhos	1	2	1			1		
Vinhedo	3	6	3			3		
Votorantim	2	4	2			2		
Estimativa de novos municípios ou análises adicionais	13	26						
Estimativa de recoletas	15	30						
Total	135	270						

ANEXO B – MODELO DE FORMULÁRIO I (COLETAS EM ETE)

Relatório	Município	Data Coleta	CEP	Tipo de Análise	Endereço	Latitude	Longitude	Parâmetro	Resultado - entrada da ETE	Resultado - saída da ETE	Unidade	Eficiência (%)	Referência legal	Condição
0001	Americana	01/01/2023	13478-580	Coleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DBO _{5,20}	100	15	mg/l	85	Art. 18 - Dec. estadual nº 8.468/76	Conforme
0002	Americana	01/02/2023	13478-580	Recoleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DBO _{5,20}	150	100	mg/l	33,33	Art. 18 - Dec. estadual nº 8.468/76	Não conforme
0003	Americana	01/01/2023	13478-580	Coleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DQO	100	15	mg/l	85	Não se aplica	Não se aplica
0004	Americana	01/02/2023	13478-580	Recoleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DQO	150	100	mg/l	33,33	Não se aplica	Não se aplica

OBS. A Contratada deverá entregar mensalmente o formulário preenchido à ARES-PCJ em meio digital (planilha eletrônica Excel), suplementarmente aos relatórios de ensaio (laudos) das coletas em ETes.

ANEXO C – MODELO DE FORMULÁRIO II (CARACTERIZAÇÃO DE EFLUENTE)

Relatório	Município	Data Coleta	CEP	Tipo de Análise	Endereço	Latitude	Longitude	Parâmetro	Resultado	Unidade
0001	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	pH	7,0	-
0002	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Temperatura	28	°C
0003	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DBO5,20	50	mg/L
0004	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Óleos e graxas	100	mg/L
0005	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DQO	15	mg/L
0006	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Oxigênio Dissolvido (OD)	5	mg/L
0007	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Nitrito	0,04	mg/L
0008	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Nitrato	0,10	mg/L

0009	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Nitrogênio Amoniacal Total	2,00	mg/L
0010	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Fósforo Total	1	mg/L
0011	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Turbidez	15	NTU
0012	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Sólidos dissolvidos totais	150	mgL/L
0013	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista, 633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Quantificação de E. Coli	2000	Número Mais Provável (NMP)/10 0mL

OBS. A Contratada deverá utilizar o modelo de arquivo fornecido pela ARES-PCJ em meio digital (planilha eletrônica Excel), suplementarmente aos relatórios de ensaio (laudos) das coletas de caracterização de efluente.

ANEXO I
PLANILHA DE PROPOSTA COMERCIAL

....., inscrita no CNPJ/MF nº, Inscrição Estadual nº, com sede no município de, Estado de, na Rua/Av., nº, CEP., fone:, e-mail:, através deste documento encaminha sua Proposta Comercial referente ao **Pregão Presencial nº 10/2023**, para contratação de serviços de coleta (*in loco*) de amostras de esgoto sanitário e análise laboratorial, nos municípios regulados pela ARES-PCJ, respeitando as seguintes especificações:

Tipo de Análise	Quantidade estimada	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
Categoria 1: Coleta e análise de esgoto bruto e tratado na ETE	270		
Categoria 2: Coleta e análise de caracterização de despejo irregular de esgoto	10		
Total	280		

Notas:

Os valores são apresentados com base na data desta proposta, que terá prazo de validade de 90 (noventa) dias, sendo contados do término da sessão.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura Autorizada

Nome:

CPF:

RG:

ANEXO II DECLARAÇÃO

Pregão Presencial nº 10/2023

....., inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede no município de, Estado de, na(endereço completo), em conformidade com o disposto no art. 4º, inciso VII, da Lei federal nº 10.520/2002, DECLARA que está apta a cumprir plenamente todos os requisitos habilitatórios exigidos no Edital que rege o certame acima indicado.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura e nº do R.G. do declarante

(OBS.: Deverá ser apresentado fora dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”)

ANEXO III
DECLARAÇÃO - LEI COMPLEMENTAR Nº123/2006

....., inscrita no CNPJ/MF sob nº, por mediação de seu Representante Legal, o(a) Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF/MF nº, através do(a) seu(sua) Contador(a), Sr(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº, e do CPF/MF nº, inscrito no CRC sob nº, DECLARA, para fins de obtenção dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, que não está incurso em nenhuma das vedações do art. 3º, §4º, da referida Lei.

_____, ____ de _____ de 2023.

Assinatura do Responsável Legal

Assinatura do Contador

(Identificação/Nº do CRC)

OBS.: No documento deverá constar a assinatura do Contador, ficando este ciente de que assume total responsabilidade pela presente Declaração, e que responderá integralmente pela inexatidão das informações porventura equivocadas.

ANEXO IV
DECLARAÇÃO - SITUAÇÃO REGULAR JUNTO AO
MINISTÉRIO DO TRABALHO - ART. 7º, XXXIII, CF

....., inscrita no CNPJ/MF sob nº, sediada na Rua/Av., na cidade de, representada por(nome).....,(nacionalidade).....,(estado civil).....,(profissão).....,(vínculo com a empresa, por exemplo, sócio-gerente; o signatário do documento deverá ter poderes de decisão, quer pelo fato de ter sido incumbido de desenvolver atividades de administração e gerência no Contrato Social ou Estatuto da Empresa, quer por procuração com firma reconhecida em Cartório, subscrita por pessoa detentora de tais poderes)....., portador do RG nº, e do CPF/MF nº, residente e domiciliado na cidade de, DECLARA que está em situação regular junto ao Ministério do Trabalho, nos moldes do art. 7º, inciso XXXIII, da CF/1988.

_____, ____ de _____ de 2023.

Representante legal

ANEXO V
TERMO DE CREDENCIAMENTO

Pregão Presencial nº 10/2023

Ao
Pregoeiro Oficial
Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias do Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá
– ARES-PCJ

CRENCIAMENTO DE REPRESENTANTE

....., inscrita no CNPJ/MF sob nº, com sede na Rua/Av., nº, no município de, Estado de, através do presente termo, credencia o(a) Sr.(a), portador(a) da Cédula de Identidade nº a participar da licitação instaurada pela ARES-PCJ, na modalidade de **Pregão Presencial nº 10/2023**, na qualidade de Representante Credenciado, outorgando-lhe poderes para praticar todos os atos pertinentes à licitação, entre os quais, o de apresentar ofertas através de lances verbais, e o de interpor ou renunciar ao direito de interposição de recurso.

Por ser verdade, firmo o presente em uma única via.

_____, ____ de _____ de 2023.

**IDENTIFICAÇÃO / ASSINATURA DO
REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA**

CARIMBO DO CNPJ OU PAPEL TIMBRADO DA EMPRESA

(OBS.: Deverá ser apresentado fora dos envelopes “PROPOSTA” e “DOCUMENTAÇÃO”)

ANEXO VI

MINUTA DO CONTRATO

Contrato de prestação de serviços de coleta (in loco) de amostras de esgoto sanitário e análise laboratorial, nos municípios regulados pela ARES-PCJ, que entre si celebram Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá e xxxxxxxx.

Pelo presente instrumento de contrato, de um lado, **AGÊNCIA REGULADORA DOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO DAS BACIAS DOS RIOS PIRACICABA, CAPIVARI E JUNDIAÍ**, associação pública na forma de consórcio público de direito público, inscrita no CNPJ/MF nº 13.750.681/0001-57, com sede na cidade de Americana, Estado de São Paulo, na Av. Paulista, nº 633, Jardim Santana, representada por sua Presidente, **LUCIMARA ROSSI DE GODOY**, brasileira, divorciada, policial militar, inscrita no CPF/MF nº 292.817.058-85, portadora do RG nº 26.245.600-X SSP/SP, residente e domiciliada na cidade de Valinhos, Estado de São Paulo, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, **XXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF nº xxxxxxxxxx, Inscrição Estadual nº xxxxxxxxxx, com sede na cidade de xxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxx, na Rua/Av. xxxxxxxxxx, nº xxxxxx, bairro xxxxxxxxxx, neste ato representada por seu(sua) Representante Legal, **XXXXXXXXXX**, nacionalidade, estado civil, profissão, inscrito(a) no CPF/MF nº xxxxxxxxxx, portador(a) do RG nº xxxxxxxxxx SSP/xx, residente e domiciliado(a) na cidade de xxxxxxxxxx, Estado de xxxxxxxxxx, doravante denominada **CONTRATADA**, têm entre si certa e ajustada a celebração do presente contrato, com as seguintes cláusulas e condições que reciprocamente outorgam e aceitam:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de coleta (*in loco*) de amostras de esgoto sanitário e análise laboratorial, para aferir a eficiência do tratamento dos efluentes nas Estações de Tratamento de Esgoto operadas pelos prestadores de serviços de saneamento básico dos municípios associados à CONTRATANTE, bem como para caracterizar o efluente na apuração de reclamações de despejo irregular de esgoto.

1.2. A CONTRATADA deverá realizar coleta e análises de efluentes em duas modalidades, conforme parâmetros estabelecidos nos itens 1.6. e 1.7. deste instrumento contratual.

1.2.1. Deverão ser considerados os seguintes pontos de monitoramento:

- c) **Pontos de monitoramento regular:** a CONTRATADA deverá realizar um total estimado de **540 coletas e análises do parâmetro DBO_{5,20} em 270 Estações de Tratamento de Esgoto** localizadas nos municípios regulados, no período seco e no período chuvoso, a fim de verificar a eficiência de remoção de DBO_{5,20};
- d) **Pontos de monitoramento sob demanda:** a CONTRATADA deverá realizar um total estimado de **10 coletas e análises de efluente**, para auxiliar na apuração de reclamações de despejo irregular de esgoto registradas na ouvidoria da CONTRATANTE.

1.3. Os serviços serão executados nos municípios associados à CONTRATANTE, com uma distância média de 100 km de sua sede, localizada no município de Americana/SP:

Município	Distância rodoviária aproximada em km
Americana	5
Amparo	110
Analândia	115

Araçoiaba da Serra	135
Araraquara	140
Araras	55
Artur Nogueira	40
Atibaia	105
Bom Jesus dos Perdões	115
Brodowski	215
Brotas	130
Campinas	40
Capivari	45
Cerquilha	85
Cordeirópolis	45
Corumbataí	90
Cosmópolis	35
Dois Córregos	170
Engenheiro Coelho	45
Holambra	60
Ibaté	130
Indaiatuba	70
Ipeúna	120
Iracemópolis	40
Itapira	95
Itirapina	100
Itu	85
Jaboticabal	225
Jaguariúna	70
Jumirim	92
Jundiaí	90
Leme	75
Limeira	30
Louveira	65
Luiz Antônio	155
Mogi das Cruzes	185
Mogi Guaçu	90
Mogi Mirim	85
Monte Alegre do Sul	100
Nova Odessa	10
Olímpia	320
Orlândia	245
Paraibuna	250

Pedreira	80
Piracicaba	35
Pirassununga	95
Porto Feliz	80
Rafard	50
Ribeirão Preto	195
Rio Claro	60
Rio das Pedras	50
Salto	75
Santa Bárbara d'Oeste	20
Santa Cruz das Palmeiras	120
Santa Rita do Passa Quatro	142
Santo Antônio de Posse	75
São Carlos	120
São Pedro	75
Serrana	195
Sorocaba	120
Sumaré	15
Tambaú	135
Tietê	80
Valinhos	60
Vinhedo	63
Votorantim	125
Média	100

1.4. As coletas de amostras deverão ser identificadas no momento da amostragem por descrição do local da coleta, com coordenadas em graus decimais, endereço completo, data e hora, condições ambientais do dia da coleta, e fotos de coleta de cada amostra (fotografia afastada que proporcione visão geral, e fotografia aproximada no local de coleta de cada amostra, sendo que as fotos devem possuir estampa com data e hora padronizadas).

1.4.1. Cada amostra para análise deverá ser identificada por número sequencial e não coincidente.

1.4.2. A CONTRATADA deverá fornecer os frascos para as coletas já previamente preparados, encarregando-se da preservação e do transporte das amostras para análises, bem como dos equipamentos, veículos identificados, mão de obra e demais despesas necessárias à realização das etapas de coleta, transporte e análise das amostras.

1.4.2.1. A CONTRATADA deverá garantir os custos decorrentes de transporte para coleta, análises e entrega dos relatórios (laudos).

1.4.3. As coletas de esgoto bruto e tratado nas Estações de Tratamento de Esgoto deverão ser realizadas conforme programação de locais a ser definida pela Diretoria Técnica Operacional da CONTRATANTE, nos municípios associados, abrangendo área urbana e distritos, estimando-se 240 ETEs (Anexo A).

1.4.4. A CONTRATADA deverá realizar agendamento prévio da coleta nas Estações de Tratamento de Esgoto com os prestadores de serviços de cada município regulado.

1.4.4.1. A CONTRATANTE fornecerá à CONTRATADA a lista de contatos dos prestadores de serviços.

1.4.5. A CONTRATADA deverá identificar-se sempre por ocasião de coleta de amostra para análises, informando que está a serviço da CONTRATANTE.

1.4.6. A logística e as datas das coletas de esgoto bruto e tratado do mês poderão ser estabelecidas pela CONTRATADA mediante agendamento prévio com os prestadores de serviços.

1.4.6.1. As amostras de esgoto sanitário bruto deverão ser coletadas na entrada da Estação de Tratamento de Esgoto, antes do esgoto passar por qualquer tratamento preliminar (gradeamento/caixa de areia), em horário comercial.

1.4.6.1.1. Caso uma amostra de esgoto bruto coletado na ETE apresente resultado de $DBO_{5,20}$ abaixo de 200mg/L, o laboratório deverá comunicar à Diretoria Técnica Operacional da CONTRATANTE via e-mail, além de realizar a coleta (esgoto bruto e tratado) na mesma ETE no menor tempo possível, sempre dentro do mesmo mês de realização da coleta.

1.4.6.2. As amostras de esgoto sanitário tratado (saída das ETEs) deverão ser coletadas na tubulação de saída do efluente final das ETEs, antes do descarte no corpo receptor, em horário comercial e no mesmo dia de coleta das amostras de esgoto sanitário bruto na entrada da referida ETE.

1.4.7. As amostras para análises de despejo irregular de efluente deverão ser coletadas em locais indicados nas reclamações recebidas na ouvidoria da CONTRATANTE.

1.4.8. A CONTRATANTE poderá solicitar, a qualquer momento, coletas e análises de caracterização de despejo irregular de esgoto à CONTRATADA, e os laudos correspondentes deverão entregues até 10 (dez) dias após a solicitação.

1.5. A CONTRATADA deverá se responsabilizar para que seus funcionários possuam todos os pré-requisitos necessários para acessar as Estações de Tratamento de Esgoto, incluindo vacinas e equipamentos de proteção individual (EPIs).

1.6. PARÂMETROS DE ANÁLISE DE ESGOTO BRUTO E TRATADO – ETE:

Parâmetro	$DBO_{5,20}$ Esgoto Bruto (mg/L)	$DBO_{5,20}$ Esgoto Tratado (mg/L)	Eficiência do tratamento (%)	Referência Normativa (Art. 18 -Decreto Estadual nº 8.468/1976
$DBO_{5,20}$	-	-	A ser calculada a partir da relação entre as cargas orgânicas de entrada e saída, devendo ser de, no mínimo, 80% caso a $DBO_{5,20}$ do esgoto tratado seja superior a 60 mg/L	60 mg/L ou 80% de redução à carga orgânica de entrada

Nota: A CONTRATADA deverá apresentar os resultados das análises de DQO do esgoto bruto e tratado, utilizadas para as análises de DBO.

1.6.1. O procedimento de ensaio para a análise de DBO deve seguir a norma SMEWW (Standard Methods for the Examination of Water and Wastewater), 23ª Edição, Método 5210 D ou Método 5210 B.

1.6.1.1. Os ensaios utilizando o Método 5210 B devem ser realizados em pelo menos 3 (três) diluições, com pelo menos uma delas resultando OD residual ≥ 1 mg/L e consumo de OD ≥ 2 mg/L.

1.6.1.1.1. Caso resultado de OD esteja fora dessa faixa, a CONTRATADA deverá fazer coleta e nova análise sem custo adicional.

1.7. PARÂMETROS DE ANÁLISE DE DESPEJO IRREGULAR – OUVIDORIA:

Parâmetro	Unidade
pH	-
Temperatura	°C
DBO5,20	mg/L
Óleos e graxas	mg/L
DQO	mg/L
Oxigênio Dissolvido (OD)	mg/L
Nitrito	mg/L
Nitrato	mg/L
Nitrogênio Amoniacal Total	mg/L
Fósforo Total	mg/L
Turbidez	NTU
Sólidos dissolvidos totais	mg/L
Quantificação de <i>E. Coli</i>	Número Mais Provável (NMP)/100mL

1.8. DA PROGRAMAÇÃO:

1.8.1. A programação dos serviços de coletas e análises de esgoto sanitário deverá obedecer ao seguinte cronograma mensal:

- **Até o dia 15 de cada mês:** a CONTRATANTE deverá fornecer à CONTRATADA a relação completa de locais de coleta e endereços para a programação do mês seguinte;
- **Até o dia 25 de cada mês:** a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE a programação, com data e local (município) de cada coleta programada para o mês seguinte;
- **Até o dia 30 de cada mês:** a CONTRATADA deverá fornecer à CONTRATANTE os relatórios (laudos) das análises realizadas no mesmo mês.

1.8.1.1. A solicitação da CONTRATANTE de coletas e análises de efluente em virtude de reclamações de despejo irregular de esgoto deverá ser realizada preferencialmente por e-mail, e seus resultados (laudo digital) entregues até 10 (dez) dias após a solicitação, também por e-mail.

1.8.1.2. Todas as coletas e análises realizadas dentro do mês de referência, bem como a planilha com dados digitados (Anexos B e C), deverão ser apontadas e entregues junto com o relatório de medição mensal, conforme descrito no item 1.9. deste instrumento contratual.

1.9. DOS RELATÓRIOS:

1.9.1. A CONTRATADA deverá analisar e emitir relatório das amostras coletadas nas ETEs em consonância com o padrão de lançamento estabelecido no art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976, atendidas as condições de coleta descritas neste instrumento contratual.

1.9.2. A CONTRATADA deverá emitir laudo em documento de texto com o seguinte conteúdo mínimo:

- Primeira página com cabeçalho contendo informações do laboratório contratado, como endereço completo, telefone e CNPJ, e o nº de identificação da amostra;
- Todas as páginas contendo rodapé com nº de identificação da amostra, data de emissão e nº de página;
- Dados da CONTRATANTE (razão social, CNPJ, Inscrição estadual, e endereço);
- Dados da amostragem: descrição do ponto de coleta; endereço da amostragem; condições ambientais; localização (coordenadas geográficas); origem da amostra; característica da amostra; data e horário de amostragem; data e horário do recebimento; responsável pela amostragem; data de conclusão da amostra; responsável pela conferência; e data e horário de conferência dos resultados;
- Resultados: listagem dos parâmetros analisados com colunas de correspondência de resultados analíticos; limites de aceitação pela legislação vigente, quando couber; unidade, grau de incerteza, limites ou faixa de quantificação; e data de início do ensaio;
- Referência metodológica para cada parâmetro analisado;
- Opiniões e interpretações dos resultados de ETEs: indicação se a eficiência de remoção de $DBO_{5,20}$ atende ao padrão de lançamento estabelecido no art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976, segundo os ensaios realizados;
- Imagens relacionadas da amostragem: fotografia afastada que proporcione vista geral, e fotografia aproximada no local de coleta de cada amostra, com registro de coleta de cada amostra (as fotos devem possuir estampa com data e hora padronizadas);
- Observações: campo para considerações sobre o ensaio pelo laboratório e procedimento de amostragem; e
- Carimbo do profissional responsável pelo laudo, contendo CRQ e Código de Verificação.

1.9.3. Segundo o art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976, a DBO de saída da ETE deve ser inferior a 60 mg/L, valor que pode ser ultrapassado apenas se a eficiência for superior a 80%.

1.9.3.1. Caso a DBO ultrapasse 60 mg/L, e a eficiência supere 80%, o relatório deverá exprimir que o efluente atende aos limites de lançamento estipulados no referido Decreto, considerando as seguintes hipóteses de conclusão:

- Se DBO saída < 60 mg/L (para qualquer eficiência) – o resultado do parâmetro DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976;
- Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência > 80% – o resultado da eficiência na remoção de DBO está em conformidade com o limite estabelecido pelo art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976;
- Se DBO saída > 60 mg/L e eficiência < 80% – o resultado do parâmetro DBO e de eficiência estão em desacordo com os limites estabelecidos pelo art. 18 do Decreto estadual nº 8.468/1976.

1.9.4. Eventuais alterações no modelo solicitadas pela CONTRATANTE deverão ser realizadas pela CONTRATADA sem custo adicional.

1.9.5. Todos os relatórios das análises (laudos) serão digitalizados e enviados à CONTRATANTE, observados os prazos do item 1.8.1. deste instrumento contratual.

1.9.5.1. Os resultados também devem ser enviados em planilha eletrônica Excel, conforme formulários-modelo (Anexos B e C).

1.10. DAS CONDIÇÕES GERAIS:

1.10.1. O contrato firmado não poderá ser objeto de subcontratação.

1.10.2. Não poderá a CONTRATADA alegar posteriormente a insuficiência de dados e/ou informações pertinentes ao objeto do contrato.

1.10.3. Todas as coletas e análises de esgoto e efluente deverão possuir cadeia de custódia que garanta a rastreabilidade desde a coleta até a emissão do laudo de análise.

1.10.3.1. Para comprovação da veracidade das informações apresentadas pela CONTRATADA, fica reservada à CONTRATANTE a solicitação da cadeia de custódia, em formato digital, de qualquer coleta ou análise, e a promoção de diligências que julgar necessárias.

1.10.3.2. A cadeia de custódia da coleta deverá possuir informações da data da coleta, hora, identificação da amostra, preservação da amostra e responsável pela coleta da amostra.

1.10.3.3. O prazo para apresentação no formato digital de todas as cadeias de custódia de coleta e análise solicitadas pela CONTRATANTE é de até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da solicitação pela Diretoria Técnica Operacional da CONTRATANTE.

1.10.4. No caso de verificação e comprovação de resultados analíticos inconsistentes provenientes de coletas realizadas desconformes com os padrões e procedimentos analíticos, a CONTRATADA será responsável pela realização de nova coleta e análise sem ônus à CONTRATANTE.

1.10.5. A CONTRATADA assumirá inteira responsabilidade pelas obrigações decorrentes da legislação trabalhista, previdenciária, de acidentes de trabalho e quaisquer outras relativas a danos a terceiros.

1.10.6. A prestação dos serviços de coletas e análises de esgoto e efluente, objeto deste contrato, engloba necessariamente todos os procedimentos de coleta, preservação, transporte e análise das amostras, que são de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

1.10.7. As coletas de esgoto solicitadas pela CONTRATANTE devem ser feitas em dias diversos das coletas solicitadas à CONTRATADA pelos prestadores dos municípios regulados pela CONTRATANTE.

1.10.7.1. Deve ser observado o intervalo de, pelo menos, 1 (um) dia, entre as coletas feitas pela CONTRATADA em favor da CONTRATANTE e as coletas feitas pela CONTRATADA a pedido dos prestadores dos municípios regulados pela CONTRATANTE.

1.10.7.2. As regras contidas nos itens 1.10.7. e 1.10.7.1. devem ser observadas apenas para o local onde efetivamente tenha sido realizada a coleta, inexistindo impedimento para que a CONTRATADA efetue as coletas requeridas pelos prestadores dos municípios regulados pela CONTRATANTE em outros locais.

1.10.8. A CONTRATANTE poderá solicitar a suspensão da coleta em municípios que deixaram de integrar ao Consórcio durante a vigência do contrato, bem como quando houver impossibilidade de coleta de esgoto.

1.10.9. A CONTRATANTE poderá incluir novos municípios associados durante a vigência do contrato.

1.10.10. Caso a CONTRATADA não consiga coletar esgoto ou efluente em determinado município, a CONTRATANTE não arcará com nenhum custo.

1.10.11. A CONTRATADA torna-se responsável pela entrega dos produtos descritos no item 1.9., que deverão ser encaminhados exclusivamente de maneira digital, a partir de plataforma eletrônica a ser definida pela CONTRATANTE.

1.11. DA COMPOSIÇÃO DE CUSTOS:

1.11.1. A composição de custos considerará a distância rodoviária aproximada da sede da CONTRATANTE (município de Americana) em km para cada município (item 1.3 deste contrato) e a relação de estimativas de coletas anuais para os municípios (Anexo A).

1.11.1.1. A composição de custos deverá ser feita nas seguintes categorias, conforme local de coleta e parâmetros estabelecidos nos itens 1.6. e 1.7. deste instrumento contratual:

Categoria 1 - Coleta e análise de esgoto bruto e tratado na ETE (pontos de monitoramento regular): a CONTRATADA deverá realizar um total estimado de 540 (quinhentas e quarenta) coletas e análises do parâmetro DBO_{5,20} (item 1.6. deste contrato) em 270 (duzentas e setenta) Estações de Tratamento de Esgoto localizadas nos municípios regulados para verificar a eficiência de remoção de DBO_{5,20};

Categoria 2 - Coleta e análise de caracterização de despejo irregular de esgoto (pontos de monitoramento sob demanda): a CONTRATADA deverá realizar um total estimado de 10 (dez) coletas e análises de efluente (item 1.7. deste contrato) para auxiliar na apuração de reclamações de despejo irregular de esgoto registradas na ouvidoria da CONTRATANTE.

1.11.2. As coletas e análises dos esgotos e efluentes deverão englobar todos os custos diretos e indiretos para coletas de amostras e análises (coleta, preservação da amostra, transporte e análise) de todos os parâmetros descritos nos itens 1.6. e 1.7., de forma a permitir à CONTRATANTE o monitoramento da prestação de serviços nos municípios associados, inclusive quando da ocorrência de fatos emergenciais e específicos que exijam da CONTRATANTE uma grande celeridade na avaliação, enquanto indicador indireto da qualidade da prestação dos serviços de saneamento.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1. O valor total do contrato será de **R\$ xxxxxx (xxxxxxxxxxxxx)**, e o pagamento à CONTRATADA se dará em etapas mensais de acordo com o número de amostras verificadas e a quantidade de análises realizadas mediante solicitação da CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão de documento fiscal, de acordo com os serviços prestados no mês anterior.

2.1.1. A entrega dos produtos deverá ser acompanhada de nota fiscal com a descrição do quantitativo de amostras para cada uma das 02 (duas) categorias especificadas no item 1.11.1.1. deste instrumento contratual.

2.2. Em caso de enquadramento, a CONTRATADA deverá destacar na nota fiscal o valor de IR, conforme a Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26 de junho de 2023, que alterou a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, onde os órgãos da administração pública direta dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, inclusive suas autarquias e fundações, ficam obrigados a efetuar a retenção de IRRF sobre os pagamentos efetuados às pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, conforme o anexo de enquadramento.

2.3. Havendo atraso no pagamento superior a 30 (trinta) dias do vencimento da fatura, por parte da CONTRATANTE, incidirá correção monetária da parcela, calculada segundo a variação do IPCA/IBGE, “pro rata die”, devida entre o dia do vencimento até a data do pagamento.

2.4. A CONTRATADA obriga-se a aceitar as mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços ora contratados até 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de execução é de **12 (doze) meses**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 (sessenta) meses, observadas as regras da Lei federal nº 8.666/1993.

3.2. Será utilizado o índice IPCA/IBGE “*pro rata die*”, ou qualquer outro que o substitua, como índice oficial, em caso de prorrogação do prazo do contrato a ser celebrado, quando do momento de eventual reajuste.

3.2.1. Para fins de eventual prorrogação, a CONTRATADA deverá manter todas as condições de habilitação, sob pena do contrato não poder ser prorrogado.

3.3. Findo o prazo de vigência do contrato, haverá a presunção de que a CONTRATADA adimpliu com suas obrigações contratuais, todavia, permanece resguardado o direito da CONTRATANTE de adotar as medidas cabíveis caso verifique que a CONTRATADA não tenha adimplido com todas suas obrigações ao fim do contrato, no prazo de até 02 (dois) anos.

CLÁUSULA QUARTA – DO REGIME DE EXECUÇÃO OU DA FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O serviço contratado será realizado por execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, nos termos da definição expressa no art. 6º, inciso VIII, alínea “a”, da Lei federal nº 8.666/1993.

CLÁUSULA QUINTA – DO CRÉDITO PARA CORRER AS DESPESAS

5.1. As despesas decorrentes da execução deste contrato correrão por conta da rubrica *Custeio Administrativo nº 010101.0412510012.001 – Código Orçamentário: 33903900 – Outros Serviços – Pessoa Jurídica*, da Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá – ARES-PCJ.

CLÁUSULA SEXTA – DAS GARANTIAS

6.1. Para fins do disposto no art. 56 da Lei federal nº 8.666/1993, para a execução deste contrato, a CONTRATANTE não exigirá da CONTRATADA nenhuma garantia que assegure a plena execução do disposto neste contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

7.1. São obrigações da CONTRATADA:

a) Executar fielmente o contrato, prestando os serviços descritos de acordo com as especificações expostas na Cláusula Primeira deste instrumento, e em perfeitas condições ao fim a que se destinam, de forma adequada, meticulosa e constante, mantendo a qualidade dentro dos padrões estabelecidos;

b) Atender, em até 48 (quarenta e oito) horas, às solicitações da fiscalização da CONTRATANTE;

c) Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE, prestando, sempre que preciso, esclarecimentos sobre os serviços prestados, e fornecendo toda e qualquer orientação necessária para a perfeita utilização;

d) Responder pelos danos causados diretamente à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, sendo que a fiscalização pela CONTRATANTE, exercida por força deste contrato, não exime a responsabilidade da CONTRATADA;

e) Guardar absoluto sigilo acerca de todas as informações relativas ao objeto deste contrato recebidas da CONTRATANTE;

f) Prestar à CONTRATANTE, sempre que preciso, os esclarecimentos sobre os serviços prestados, e fornecendo toda e qualquer orientação necessária ao bom desenvolvimento das atividades;

g) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas quando da contratação;

h) Incumbir-se do pagamento do salário dos profissionais e todos os encargos e demais despesas decorrentes da execução do objeto da presente contratação, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais, previdenciárias, trabalhistas, fundiárias; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades, por mais especiais que sejam, e mesmo que não expressas na presente contratação;

i) Manter a execução do contrato mesmo em caso de inadimplência por parte da CONTRATANTE, desde que não seja superior a 90 (noventa) dias;

j) Não manter em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

k) Não subcontratar a prestação dos serviços objeto deste contrato; e

l) Observar, em especial, o disposto no Capítulo II da Lei federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) sempre que a execução do objeto contratual envolver tratamento de dados pessoais, devendo a CONTRATADA adotar as medidas de segurança, técnicas e administrativas cabíveis para garantir a proteção desses dados e resguardo de seu titular.

7.2. São obrigações da CONTRATANTE:

a) Efetuar pagamento à CONTRATADA pelos serviços prestados de acordo com o prazo estabelecido no contrato;

b) Emitir Ordem de Serviço à CONTRATADA para a execução do objeto deste contrato;

c) Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas na execução do serviço para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias; e

d) Proporcionar todas as facilidades necessárias à boa execução deste contrato, inclusive comunicando à CONTRATADA, por escrito e tempestivamente, qualquer mudança de Administração e/ou endereço de cobrança e responsável legal.

CLÁUSULA OITAVA - DAS MULTAS E PENALIDADES

8.1. Fica pactuado que o não atendimento da solicitação para a execução do serviço descrito na Cláusula Primeira, bem como o atraso injustificado na respectiva conclusão, ensejará à CONTRATADA a aplicação de multa de até 10% (dez por cento) do valor da obrigação não cumprida, além das demais cominações previstas na Lei federal nº 8.666/1993 e neste contrato, respeitada a graduação da penalidade com base na gravidade da inexecução, tempo de atraso ou prejuízo à CONTRATANTE, o que deverá ser analisado mediante instauração de processo administrativo.

8.2. Poderá, ainda, haver a aplicação das sanções previstas nos arts. 77 e 78 da Lei federal nº 8.666/1993, no que diz respeito à hipótese de rescisão contratual, nos casos expressos em lei, restando à CONTRATANTE o direito de reter eventuais créditos para ressarcir-se dos prejuízos que eventualmente lhe forem causados, sujeitando a CONTRATADA à consequência prevista no art. 80, inciso IV, da mencionada Lei.

8.2.1. As sanções somente poderão ser relevadas em razão de circunstâncias excepcionais, e as justificativas somente serão aceitas quando formuladas por escrito, fundamentadas em fatos comprováveis, a critério da autoridade competente da CONTRATANTE, desde que formuladas, mediante protocolo, pela CONTRATADA no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis da data do recebimento da notificação por escrito, da intenção de aplicação da sanção.

8.3. As penalidades estabelecidas no item anterior não serão aplicadas se a infração decorrer de hipótese motivada por força maior ou caso fortuito, conforme inciso XVII, do art. 78, da Lei federal nº 8.666/1993, devidamente comprovada e aceita pela CONTRATANTE, em caso de acordo entre as partes, ou por razões de interesse público devidamente justificadas, assim como nas situações elencadas nos incisos XII a XVI, do art. 78, da Lei mencionada em epígrafe.

8.4. Fica pactuado, também, que a aplicação da multa pecuniária não impede que a CONTRATANTE rescinda unilateralmente o contrato e aplique outras sanções previstas neste instrumento, podendo ser cumuladas com as penalidades de advertência, suspensão temporária de participar em licitações e impedimento de contratar com a CONTRATANTE, pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como declaração de inidoneidade para licitar ou firmar contratos com a Administração Pública.

8.5. No caso de inexecução total ou parcial das condições acordadas, a CONTRATANTE poderá, garantida prévia defesa, e segundo a gravidade da falta cometida, aplicar as seguintes penalidades, conforme art. 87 da Lei federal nº 8.666/1993:

a) advertência;

b) multa de até 10% (dez por cento) do valor da contratação;

c) suspensão temporária de participar de licitação e contratar com a Administração pelo prazo não superior a 02 (dois) anos;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos que determinaram sua punição, ou até que seja promovida a sua reabilitação, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo de sanção aplicada com base na alínea anterior.

8.5.1. As penalidades previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 8.5. poderão ser aplicadas cumulativamente com a penalidade prevista na alínea "b" do mesmo subitem, facultada a defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

8.6. O valor das multas aplicadas poderá ser pago diretamente pela CONTRATADA ou ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATANTE ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

8.7. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta da CONTRATADA, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. A CONTRATANTE poderá, a todo tempo, e sem qualquer ônus ou responsabilidade, rescindir unilateralmente este contrato administrativo, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, quando a CONTRATADA:

a) deixar de cumprir, dentro dos prazos estipulados, quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato;

b) não der atendimento às solicitações concernentes à execução dos serviços descritos na Cláusula Primeira deste instrumento;

c) cometer, reiteradamente, faltas na execução do contrato, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei federal nº 8.666/1993;

d) paralisar suas atividades, sem justa causa e prévia comunicação a ser enviada por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias;

- e) tiver sua falência decretada ou quando caracterizada insolvência civil;
- f) alterar ou modificar a finalidade ou estrutura da empresa de forma que prejudique a execução do contrato;
- g) decretar a dissolução da sociedade ou em caso de falecimento;
- h) quando a CONTRATANTE estiver abarcada por razão de interesse público devidamente justificada;
- i) sofrer ocorrência de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;
- j) manter em seu quadro de funcionários menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e qualquer menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal;
- k) incorrer nas demais incidências previstas nos arts. 77 a 79 e seus incisos, da Lei federal nº 8.666/1993, naquilo que for pertinente;
- l) subcontratar a prestação dos serviços objeto deste contrato.

9.2. O contrato administrativo também poderá ser rescindido por acordo entre as partes, mediante aviso por escrito, com prazo nunca inferior a 30 (trinta) dias.

9.3. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, cabendo à CONTRATADA, caso queira, apresentar defesa prévia no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data da notificação, restando assegurado o contraditório e a ampla defesa.

9.4. Em caso de inadimplência das obrigações contratuais por parte da CONTRATANTE, não sendo observado o disposto no item 9.2., a CONTRATADA deverá pleitear a rescisão contratual por vias judiciais.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA VINCULAÇÃO E LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

10.1. Este contrato poderá, por iniciativa das partes, e respeitada a legislação pertinente, sofrer modificações quanto a sua abrangência ou conteúdo, através da celebração de termos aditivos, os quais regularão, inclusive, os casos omissos.

10.1.1. Este contrato se vincula aos termos da Lei federal nº 8.666/1993; da Lei federal nº 12.846/2013 (Anticorrupção), no tocante à celebração, a critério da Presidente, autoridade máxima da CONTRATANTE, Acordo de Leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática de atos descritos na Lei, nos termos dos arts. 5º, inciso IV; 16 e 17; bem como do Pregão Presencial nº 10/2023.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO E DO RECEBIMENTO

11.1. A execução deste contrato será fiscalizada pelo Gestor do contrato indicado pela CONTRATANTE, sendo que deverá anotar em registro próprio as ocorrências existentes, inclusive determinando o que for necessário à respectiva regularização.

11.2. Cabe ao Gestor do contrato a aceitação dos serviços e da nota fiscal/fatura, vedada a recusa injustificada.

11.3. Os serviços ora contratados serão conferidos e atestados pelo Gestor do contrato, ficando a CONTRATADA obrigada a refazer, às suas expensas e sem quaisquer ônus à CONTRATANTE, as atividades comprovadas como insatisfatórias.

11.4. A fiscalização do contrato não exclui, nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por eventuais danos causados à CONTRATANTE ou a terceiros, resultantes de ação ou omissão culposa ou dolosa de quaisquer de seus empregados ou propostos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA INEXISTÊNCIA DE IMPEDIMENTO

12.1. A assinatura deste contrato importa na afirmativa, pela CONTRATADA, da inexistência de impedimento, de qualquer natureza, para o estabelecimento de relação jurídica com a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. A CONTRATANTE se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização dos serviços, fiscalização essa que, em nenhuma hipótese, eximirá a CONTRATADA das responsabilidades contratuais e legais, bem como dos danos materiais ou pessoais que forem causados a terceiros, seja por atos próprios ou de prepostos ou omissões.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DISPOSIÇÕES FINAIS E FORO

14.1. Em caso de controvérsia, discussão ou desacordo quanto ao cumprimento, interpretação ou aplicação do presente contrato, as partes, preliminarmente, deverão notificar uma à outra, por intermédio de carta registrada ou outro meio eficaz e idôneo, devendo ser sanado o defeito ou infração pela parte que lhe der causa no prazo máximo e improrrogável de 45 (quarenta e cinco) dias, findo qual este contrato poderá ser rescindido, podendo a parte que se julgar prejudicada recorrer às vias adequadas para a compensação a que possa vir fazer *jus*.

14.2. As partes elegem, de comum acordo, o foro da cidade de Americana para dirimir dúvidas ou pendências oriundas deste contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

E, por estarem justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um mesmo e único fim, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Americana, xx de xxxxx de 2023.

CONTRATANTE:

LUCIMARA ROSSI DE GODOY
Presidente da ARES-PCJ

CONTRATADA:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Testemunhas:

Carlos Roberto Belani Gravina
RG nº 3.087.901-2

Dalto Favero Brochi
RG nº 11.671.976-X

De acordo com os termos do contrato:

Carolina de Assis (OAB/SP 408.581)
Procuradoria Jurídica – ARES-PCJ

ANEXO A – ESTIMATIVA DE COLETAS E ANÁLISES ANUAIS EM ETES

Município	Estimativa de ETES por período	Estimativa de ETES para os 02 períodos (chuvoso e seco)	Distribuição Mensal					
			Período Chuvoso			Período Seco		
			Mês 01	Mês 02	Mês 03	Mês 08	Mês 09	Mês 10
Americana	3	6		3			3	
Amparo	1	2			1			1
Analândia	1	2		1			1	
Araçoiaba da Serra	1	2	1			1		
Araraquara	1	2		1			1	
Araras	1	2		1			1	
Artur Nogueira	1	2			1			1
Atibaia	2	4	2			2		
Bom Jesus dos Perdões	1	2	1			1		
Brodowski	2	4		2			2	
Brotas	2	4		2			2	
Campinas	2	4	2			2		
Capivari	4	8			4			4
Cerquillo	1	2	1			1		
Cordeirópolis	1	2		1			1	
Corumbataí	1	2		1			1	
Dois Córregos	1	2		1			1	
Engenheiro Coelho	1	2			1			1
Holambra	2	4			2			2
Ibaté	2	4		2			2	
Indaiatuba	2	4	2			2		

Ipeúna	1	2		1			1	
Iracemápolis	1	2			1			1
Itirapina	1	2		1			1	
Itu	1	2	1			1		
Jaboticabal	1	2		1			1	
Jaguariúna	1	2			1			1
Jumirim	1	2	1			1		
Jundiaí	1	2	1			1		
Leme	1	2		1			1	
Limeira	3	6		3			3	
Louveira	1	2	1			1		
Luiz Antônio	1	2		1			1	
Mogi das Cruzes	1	2	1			1		
Mogi Guaçu	2	4			2			2
Mogi Mirim	1	2			1			1
Nova Odessa	1	2	1			1		
Olímpia	2	4			2			2
Orlândia	1	2		1			1	
Paraibuna	1	2	1			1		
Pedreira	1	2			1			1
Piracicaba	3	6			3			3
Pirassununga	1	2		1			1	
Porto Feliz	1	2	1			1		
Rafard	2	4	2			2		
Ribeirão Preto	2	4		2			2	
Rio Claro	3	6		3			3	
Rio das Pedras	1	2			1			1
Salto	1	2	1			1		

Santa Bárbara D'Oeste	2	4			2			2
Santa Rita do Passa Quatro	2	4		2			2	
Santo Antônio de Posse	1	2			1			1
São Carlos	1	2		1			1	
São Pedro	1	2			1			1
Serrana	1	2		1			1	
Sorocaba	8	16	8			8		
Sumaré	11	22			11			11
Tambaú	1	2		1			1	
Tietê	1	2	1			1		
Valinhos	1	2	1			1		
Vinhedo	3	6	3			3		
Votorantim	2	4	2			2		
Estimativa de novos municípios ou análises adicionais	13	26						
Estimativa de recoletas	15	30						
Total	135	270						

ANEXO B – MODELO DE FORMULÁRIO I (COLETAS EM ETE)

Relatório	Município	Data Coleta	CEP	Tipo de Análise	Endereço	Latitude	Longitude	Parâmetro	Resultado - entrada da ETE	Resultado - saída da ETE	Unidade	Eficiência (%)	Referência legal	Condição
0001	Americana	01/01/2023	13478-580	Coleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DBO _{5,20}	100	15	mg/l	85	Art. 18 - Dec. estadual nº 8.468/76	Conforme
0002	Americana	01/02/2023	13478-580	Recoleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DBO _{5,20}	150	100	mg/l	33,33	Art. 18 - Dec. estadual nº 8.468/76	Não conforme
0003	Americana	01/01/2023	13478-580	Coleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DQO	100	15	mg/l	85	Não se aplica	Não se aplica
0004	Americana	01/02/2023	13478-580	Recoleta	Av. Paulista, 633 - Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DQO	150	100	mg/l	33,33	Não se aplica	Não se aplica

OBS. A CONTRATADA deverá entregar mensalmente o formulário preenchido à CONTRATANTE em meio digital (planilha eletrônica Excel), suplementarmente aos relatórios de ensaio (laudos) das coletas em ETES.

ANEXO C – MODELO DE FORMULÁRIO II (CARACTERIZAÇÃO DE EFLUENTE)

Relatório	Município	Data Coleta	CEP	Tipo de Análise	Endereço	Latitude	Longitude	Parâmetro	Resultado	Unidade
0001	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	pH	7,0	-
0002	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Temperatura	28	°C
0003	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DBO5,20	50	mg/L
0004	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Óleos e graxas	100	mg/L
0005	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	DQO	15	mg/L
0006	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Oxigênio Dissolvido (OD)	5	mg/L
0007	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Nitrito	0,04	mg/L
0008	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Nitrato	0,10	mg/L

0009	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Nitrogênio Amoniacal Total	2,00	mg/L
0010	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Fósforo Total	1	mg/L
0011	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Turbidez	15	NTU
0012	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Sólidos dissolvidos totais	150	mgL/L
0013	Americana	01/02/2023	13478-580	Caracterização de efluente	Av. Paulista,633 – Jd. Santana, Americana - SP	-22.7375	-47.3190	Quantificação de E. Coli	2000	Número Mais Provável (NMP)/10 0mL

OBS. A CONTRATADA deverá utilizar o modelo de arquivo fornecido pela CONTRATANTE em meio digital (planilha eletrônica Excel), suplementarmente aos relatórios de ensaio (laudos) das coletas de caracterização de efluente.